

POR QUE “SOMOS TODOS EACH”

Marcos Bernardino de Carvalho, Michele Schultz,
Adriana Tufaile e Elizabete Franco Cruz, professores da EACH-USP

MPE



Descarte de terra contaminada no campus da USP Leste: crime à luz do dia

*Ao lado dos perigos potenciais à integridade física de edifícios e de pessoas, que o metano e outros biogases acumulados no subsolo do **campus** da EACH indicam, ou das suspeitas dos malefícios à saúde que os contaminantes presentes no solo (ali despejados no aterro criminoso realizado entre 2010 e 2011) possam causar, também preocupam os constrangimentos cada vez maiores a que já vinham sendo submetidos o desenho e a continuidade do próprio projeto acadêmico-pedagógico da Escola. Se tomarmos o histórico das gestões da unidade e da universidade nos últimos anos, temos que nos perguntar quais horizontes a Reitoria escolhe não só para a EACH, mas para o conjunto da USP*

O *Boletim da Greve 17*, publicado pela Adusp em 18 de setembro de 2014, relatou as deliberações da assembleia ocorrida naquele mesmo dia, que pôs fim a uma greve vitoriosa que durou quase quatro meses. Dentre os eixos aprovados para a continuidade da luta, lia-se: “pela manutenção e fortalecimento da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), garantindo-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão tenham condições efetivas para o seu desenvolvimento”.

Por que razão os docentes que participaram de um movimento que envolveu professores, funcionários e estudantes durante mais de 100 dias resolvem sugerir que ao lado de cinco outros eixos de continuidade da luta — contra a desvinculação dos hospitais da universidade; oposição ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e à redução de jornadas com redução de salários; por mais recursos para as universidades na Lei Orçamentária; pela defesa da carreira e do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP); pela democratização e Estatuinte — figure especificamente a defesa da EACH?

Como todos sabem, o movimento grevista, fortemente motivado pela tentativa de imposição de um rebaixamento salarial com a indicação de reajuste de 0% (!) sugerido pelo Cruesp e pela recusa da Reitoria da USP ao diálogo, cresceu, permaneceu unificado, coeso (entre as três categorias) e conquistou simpatias (e/ou antipatias) para além dos muros da Universidade, quanto mais explicitava o significado que essa sugestão de arrocho embutia:

um projeto de universidade avesso à tradição acadêmica da USP, e com adesão a um ambiente operacional subserviente às flexibilidades exigidas pelo mercado, que colocaria em risco a sua qualidade, a sua condição pública e gratuita, seus vínculos comunitários e de vocação (a ser muito desenvolvida ainda) inclusiva e democrática.

De alguma maneira, os professores mobilizados entendiam que as ameaças que pesavam, e ainda pesam, sobre a EACH, são as mesmas que pairam sobre a própria Universidade, como, premonitoriamente, a campanha “Somos todos EACH”, desencadeada em 2013, já indicava.

Problemas da EACH vão além do metano e solo contaminado. Desgastes: redução dos espaços para processos inovadores de ensino-aprendizagem, difícil manter a integridade do ciclo básico etc. Cuidados com a pedagogia universitária estão sucumbindo diante de uma estrutura mal gerida, mal organizada e incompleta

Amplamente noticiados pela mídia e seus órgãos de imprensa de todos os tamanhos e qualidades, mas particularmente pelos cuidadosos relatos

e matérias produzidos pelos diversos instrumentos da Adusp, ou por seminários e outras ações de denúncia e divulgação promovidos por vários professores, funcionários e estudantes da EACH, os reconhecidos e graves problemas ambientais que ameaçam a integridade de nossa Escola ficaram cada vez mais conhecidos.

Ao lado dos perigos potenciais, à integridade física de edifícios e de pessoas, que biogases (especialmente o metano) acumulados no subsolo do *campus* indicavam, ou das suspeitas dos malefícios que os contaminantes presentes no solo (despejados com o imenso aterro lá criado entre 2010 e 2011), pudessem causar a todos que o frequentavam, também preocupavam os sérios constrangimentos a que já vinham sendo submetidos o desenho e a continuidade do próprio projeto acadêmico-pedagógico e administrativo da Escola, com suas inovações pautadas em fundamentos interdisciplinares, apoiados em pedagogias ativas para o processo de ensino-aprendizagem, em uma estrutura não departamentalizada e que oferecia, em um ciclo básico, disciplinas de caráter formativo e geral aos estudantes de todos os seus cursos de graduação.

Tais inovações, que já nasceram comprometidas e ameaçadas, por causa da irresponsabilidade da Universidade na implantação da EACH (que se tornou a segunda maior unidade da USP, mas está muito longe de receber atenção e orçamento em proporções equivalentes), sofreram, durante o breve tempo da história de sua existência e consolidação, desgastes constantes, muito provavelmente como

consequência desse “pecado original”, promovido pelo descaso que nos tornou deficientes em estrutura, número de professores e de funcionários.

Descendentes ou não desse “pecado original”, ano a ano (ou semestre a semestre), os desgastes aumentaram, seja por causa da redução dos espaços para desenvolvimento dos processos inovadores de ensino-aprendizagem, como o baseado em problemas (PBL, ou *Problem Based Learning*, adotado como espécie de “metodologia-símbolo” pelo projeto de implantação da Escola), seja pelas dificuldades de manutenção da integridade do ciclo básico e suas disciplinas gerais oferecidas à grande quantidade de turmas produzidas pelos dez cursos lá existentes nos três períodos — matutino, vespertino e noturno. Ou, ainda, por uma quase irresistível pressão departamentalizadora que é promovida tanto por um projeto político-pedagógico não estabelecido completamente e cotidianamente sufocado pelas demandas administrativas, como também pelas fragilidades não observadas e não resolvidas da estrutura sem departamentos (por exemplo: Congregação pequena frente ao tamanho da Escola, gerando centralização de poder) e pela formação disciplinar dos professores, sempre muito estimulada pelo produtivismo da ditadura da Capes, do Lattes e pelo estrabismo da CERT.

Cuidados com a pedagogia universitária, em um ambiente promotor da interdisciplinaridade e uma organização não departamentalizada, estão sucumbindo diante de uma estrutura mal gerida, mal organizada e incompleta. A pressa e o descuido



Crianças expostas ao risco trazido pelos caminhões

transformaram em uma espécie de demagogia pedagógico-acadêmico-eleitoreira aquilo que, na verdade, era uma justa demanda dos movimentos sociais da Zona Leste de São Paulo e uma proposta de trabalho à qual professores, alunos e funcionários aderiram com dedicação e afeto.

Desnecessário dizer que, com a verdadeira “diáspora” a que fomos submetidos no primeiro semestre de 2014, este cenário se agravou trazendo mais sofrimentos e dificuldades para professores, alunos e funcionários. Como foi amplamente noticiado, por determinação judicial, o *campus* capital leste foi completamente interdito e a Escola foi obrigada a funcionar em 14 distintos lugares da cidade de SP, incluindo diversas unidades da USP, e também espaços alugados e emprestados, tais como o *campus* da universidade particular Unicid e instalações de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec), ambas na Zona Leste da capital, e que obrigaram todos a um desloca-

mento e uma distribuição leste-oeste, incompatível seja com o projeto e estrutura pedagógica da escola, seja com a “fluidez” urbana de SP.

O modo como a USP lidou com a interdição do campus da EACH impôs à comunidade da escola a “diáspora” por 14 diferentes locais e colocou em risco o projeto e as inovações pretendidas. O que era para ser uma nada simples, mas remediável questão ambiental, tornou-se uma espécie de catástrofe socioambiental



Fotos: MPE

Fila de caminhões que aguardam para descarregar terra contaminada



Movimentação causou danos à cobertura vegetal

Não custa lembrar: hoje, ao falarmos da EACH, estamos falando de uma unidade gigantesca que, além dos dez cursos de graduação, já oferece nove de pós-graduação, abrangendo mais de 5 mil alunos, quase 300 professores, 200 funcionários,

sem contar os frequentadores de seus cursos de extensão e das diversas outras atividades promovidas, por exemplo, pela “Universidade Aberta à Terceira Idade”, UnATI (que em dezembro de 2013 apresentava mais de 600 inscritos em cursos que não

pueram se realizar, evidentemente). E é esse o conjunto que foi obrigado a fragmentar-se e deslocar-se pelos diversos locais mencionados.

O *campus* foi interditado pela justiça em função dos constatados riscos e insegurança físico-ambientais nele existentes, e a ordem de interdição indicava que se deveriam providenciar condições adequadas para continuidade do nosso trabalho. Entretanto, o modo como a instituição lidou com a situação impôs essa “diáspora” que colocou em risco também o projeto e as inovações pretendidas com a implantação de uma nova unidade da USP na Zona Leste. Converteu, portanto, o que era para ser apenas uma nada simples, mas remediável, questão ambiental (ambiental entendido aqui no seu sentido mais reduzido), em uma espécie de catástrofe pedagógico-acadêmico-ambiental — ou, numa palavra, socioambiental, se se preferir.

Ficou cabalmente demonstrado como os mesmos fatores que produzem os espaços deteriorados de nossa sociedade, e de suas cidades, podem destruir os sonhos de construção de uma universidade que realmente inove na pedagogia universitária, no engajamento social de seus cursos, na inclusão, no envolvimento com a comunidade e no exemplo que se possa dar para a própria cidade e sua sociedade, particularmente no trato com os espaços de deterioração ambiental, que inexoravelmente são produzidos e reproduzidos pelos padrões de ordenamento territorial, de organização de nossos agrupamentos sociais e dos valores que os regem na atualidade.

Creemos que a defesa da integridade socioambiental da EACH, para muitos, passou a representar a defesa desse sonho, dessa possibilidade. Seu fracasso, no âmbito da Universidade, significaria, portanto, a derrota para um projeto de universidade (e de sociedade) totalmente subserviente aos conformismos de deterioração socioambiental e de desvalorização da vida, que são cotidianamente vendidos como os padrões de normalidade com os quais teríamos que nos acostumar. Do 0% de reajuste proposto, ao descaso verificado com quem acha que pode tratar, impunemente, todas as “zonas lestes” das cidades que habitamos como depósitos de lixo, passando pela idolatria dos *rankings* de produtividade, pela subserviência ao mercado e às universidades-empresa, que impõem indignidades (eufemisticamente chamadas de flexibilidades), vários são os indicadores de atitudes e de propostas que poderíamos enumerar para dar como exemplos daquilo que pretendemos combater.

Com bandeiras tais como “0%, sim, mas de contaminação!”, “Somos todos EACH”, ou a decisão de incluir a defesa dessa Escola entre os eixos de continuidade da luta, o movimento dos professores, estudantes e funcionários da USP demonstrou compreensão do significado amplo que a defesa da integridade e da proposta da Universidade de São Paulo na Zona Leste representa, de fato.

A forma açodada e irresponsável com que um *campus* completamente desfigurado foi devolvido à EACH, após a sua recente desinterdição, indica que o descaso ainda prevalece. Após sete meses de interdição

o que se fez foi instalar um sistema de ventilação para o gás metano que deveria ter sido instalado desde 2006 e colocar tapumes em parte da área que recebeu o aterro ilegal em 2010-2011. Não há um movimento institucional forte na direção da retirada da terra ou do esclarecimento do crime ambiental cometido.

Entretanto, diversos são os professores, estudantes e funcionários que ainda resistem e insistem em manter de pé as boas ideias de um projeto acadêmico-pedagógico que, em nossa opinião, ainda pode ser preservado, sobretudo quando percebemos criticamente os fatores de seu enfraquecimento.

A Adusp, ao promover o agravo contra a decisão do Tribunal de Justiça de suspender a liminar que interditou o *campus*, indicou ser representativa desses segmentos. E nós, ao escrevermos este artigo, queremos trazer a público algumas reflexões sobre a situação da EACH e suas perspectivas, com o intuito de também chamar a atenção para o fato de que o que acontece na Escola não está isolado do que acontece na USP. Alguns podem até considerar a EACH “um problema”, o órgão doente da Universidade de São Paulo. Mas, mesmo que o caso fosse esse, seria preciso pensar que quando parte de um organismo adoece é porque algo não vai bem nesse conjunto, o que coloca em questão a saúde de todo o sistema: o “modo de vida” que se leva e os cuidados que se deveria ter com o “corpo”.

O fato é que, ao criar a EACH, a Universidade expandiu-se sem buscar mais recursos financeiros, escolheu um terreno já sabidamente proble-

mático (por causa dos biogases do subsolo e dos resíduos nele despejados por antigas indústrias da região) e, além do mais, silenciou perante a deposição de um aterro ilegal (em 2010-2011) numa Área de Proteção Ambiental (APA da Várzea do Tietê). Todo esse cenário, que não está isolado do modo como a administração conduz a vida da Universidade, projeta horizontes preocupantes, sobretudo quando consideramos aqueles que nos são indicados por atitudes e deliberações mais recentes dos dirigentes e dos conselhos superiores da universidade: como, entre outras medidas, o PIDV.

Os impactos das ações administrativas: a falta de pessoal ameaça o andamento das atividades, especialmente em uma unidade de história recente. PIDV pode agravar déficit de recursos humanos na EACH, que tem a menor relação funcionário/professor da USP, bem como mais alta relação estudante/professor

O PIDV, aprovado pelo Conselho Universitário da USP em setembro de 2014, foi uma das medidas adotadas com o objetivo de reduzir os custos com a folha de pagamento, a qual, segundo a Reitoria, seria



Daniel Garcia

Portão 2 da EACH, próximo a indústrias poluidoras

o principal fator de pressão para a suposta crise financeira. Sem entrar no mérito dessa relação entre folha de pagamento e crise financeira da universidade (relação esta já cabalmente desconstruída por inúmeras análises divulgadas pela Adusp, em suas diversas publicações), o fato é que o PIDV pode agravar o déficit de recursos humanos na EACH, que tem a mais baixa relação funcionário/professor da USP, assim como a mais alta relação estudante/professor. A falta de funcionários e docentes compromete sobremaneira o desenvolvimento das atividades, especialmente em uma unidade de história recente, na qual todos os serviços, regulamentos, procedimentos e condições para o trabalho tiveram e ainda têm que ser implantados. Tal déficit impediu que um projeto de Universidade que contemplasse inovações, especialmente para o ensino de graduação, pudesse ser integralmente implantado e, para piorar a situação, deu espaço a um processo

de sucateamento das pretensões iniciais, o que nos coloca diante de um cenário de incertezas com relação à manutenção de algumas inovações pedagógicas da EACH.

Criada a partir de reivindicação histórica dos movimentos sociais pela educação da Zona Leste, existentes desde a década de 1970, a EACH também é fruto de um processo autocrítico da USP que, para além de simplesmente ampliar vagas e expandir-se para uma região periférica da capital paulista, dotou essa expansão de características inovadoras no projeto pedagógico, na oferta de carreiras com forte engajamento social, na estrutura acadêmico-administrativa, com pretensões de ampliar os processos de democratização do ensino e dos mecanismos de inclusão social na Universidade.

Mas, embora a criação da EACH atenda a uma demanda legítima da sociedade, seu processo de implantação se deu de forma pouco democrática e sob os atropelos de um ano

eleitoral. A falta de amadurecimento intelectual, processual e de implantação, causados pela necessidade de rapidez da aprovação, foi objeto de crítica na reunião do Conselho Universitário que aprovou a implantação da EACH em maio de 2004.

Esse tipo de atropelo, como já assinalamos, impacta a EACH até hoje. Por exemplo, todos os docentes da unidade foram e serão contratados para ministrar aulas em uma disciplina denominada de Resolução de Problemas (RP), que faz parte de um conjunto obrigatório de disciplinas formativas gerais que compõem o chamado Ciclo Básico, comum a todos os cursos e realizadas no primeiro ano de todos eles. RP que, em verdade, é um método, em nosso caso foi transformado em espaço disciplinar com o intuito de introduzir todos os alunos, e desde a sua entrada na Universidade, nos desafios e nas dificuldades de construção do conhecimento, da formação e da ação profissional. Nesse espaço

disciplinar, a estratégia utilizada é o ensino baseado em problemas, onde o docente exerce o papel de um tutor e conduz a aprendizagem ativa dos estudantes estimulando princípios de autonomia e protagonismo. Esses espaços disciplinares realizam-se em duas disciplinas de RP que são oferecidas nos dois primeiros semestres. Considerando turmas de cerca de 60 alunos, é necessário um número razoável de docentes para sua viabilização, pois em cada uma dessas turmas, e para realização dos objetivos de RP, ao menos quatro docentes deveriam ser destacados para dar atenção aos diversos grupos de trabalho formados pelos alunos. O planejamento para contratação docente não contemplou tais aspectos e, com o avançar dos semestres, o preenchimento integral das turmas, a adoção da metodologia dentro de alguns cursos de graduação, a necessidade de supervisão de estágio em cursos da área da Saúde, entre outros, percebeu-se que o número inicial de docentes foi subdimensionado e não seria suficiente.

A possibilidade de adesão de funcionários da EACH ao PIDV, adicionada à falta de perspectiva de contratação para completar o quadro funcional — funcionários técnico-administrativos e docentes — minimamente suficiente, aponta para um horizonte de maiores dificuldades e comprometimento do trabalho, colocando as almeçadas excelência e qualidade acadêmicas em xeque, além de impossibilitar a concretude do projeto da EACH que, apesar de pouco discutido e amadurecido à época de sua implantação, apresentava um delinea-



Audiência Pública na Alesp

mento claro para a graduação.

A inovação pedagógica e a interdisciplinaridade são aspectos que compunham o projeto e foram, a duras penas, defendidos e implantados por alguns docentes. Apesar dessa clareza para o ensino de graduação, não havia projeto ou delineamento claros com relação ao ensino de pós-graduação e à pesquisa. Muitos docentes foram contratados em regime de dedicação exclusiva, sem que a unidade dispusesse de estrutura física e administrativa para o desenvolvimento de suas linhas de pesquisa. Assim, um número considerável de docentes encontra sérias dificuldades para realizar pesquisa na unidade e disso resultaram: queda dramática na produção científica, evasão docente, não nucleação de grupos de pesquisa, desmotivação para o

trabalho, flexibilização do RDIDP (mudança no contrato de trabalho com a Universidade, por iniciativa de alguns professores), entre outras.

Entretanto, apesar desse desafiante cenário, como já dissemos, a EACH além de manter os dez cursos de graduação resistiu e criou cursos de pós-graduação, nucleou grupos de pesquisa e desenvolveu muitos projetos de extensão. Em síntese, o modo como a USP lidou com os problemas ambientais (a “diáspora”, por exemplo) e o cuidado que oferece para a Escola em termos de recursos humanos e materiais são inversamente proporcionais à dedicação que professores, alunos e funcionários têm demonstrado em relação à EACH e aos esforços que investem para manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Daniel Garcia



É fato que um imenso aterro, calculado em mais de 100 mil m³, ou o equivalente à terra transportada por 6 mil caminhões, foi realizado no campus entre 2010 e 2011. Tal aterro não se fez sem autorização das autoridades acadêmicas responsáveis pela USP, no âmbito local ou mais geral

Como se vê, os problemas e as ameaças que pesam sobre projetos como os da EACH estão longe de serem apenas físico-ambientais. Estes, embora realmente existentes, não são os únicos que enfrentamos e talvez nem sejam os mais graves.

Os estudiosos das questões ambientais, entendidas em seu sentido mais amplo, costumam dizer que a degradação verificada nos ambientes normalmente reproduz degradações em relações de outra ordem, tais como as sociais, as econômicas, as pessoais etc. Ou seja, ambientes deteriorados costumam revelar as deteriorações existentes em âmbitos mais afeitos às relações humanas.

É fato que um imenso aterro, calculado em mais de 100 mil m³, ou o equivalente à terra transportada por mais de 6 mil caminhões, foi realizado no *campus* entre os anos 2010 e 2011. A origem dessa terra é suspeita e ainda não está totalmente estabelecida: há indícios, como mencionado no Inquérito do MPE, de que parte dela tenha vindo das obras de construção do Templo do Rei Salomão, pertencente à Igreja Universal do Reino de Deus. Esse aterro, somado a outros problemas físico-ambientais do *campus*, como o igualmente já mencionado problema dos gases, foi de certa maneira o pivô do processo de interdição que vivemos ao longo de todo o primeiro semestre de 2014.

Tal aterro, no entanto, assim como a própria implantação do *campus* em um terreno sabidamente problemático, não se fez,

nem se implantou, sem autorização das autoridades acadêmicas responsáveis pela Universidade, nos seus mais diversos níveis, no âmbito local ou mais geral.

No âmbito local, a direção da EACH, na gestão dos professores J.J.Boueri e Edson Leite, ficou conhecida por sua truculência e autoritarismo, pelo número excessivo de sindicâncias, pelo inexplicável recebimento da terra contaminada e, apesar da não existência de *impeachment* na USP, também ficou conhecida como a direção que a comunidade destituiu, por ampla maioria de votos, em reunião aberta da Congregação. Seus integrantes foram até mesmo declarados como *personas non gratas* pela atual congregação da Escola.

No âmbito mais geral da administração da USP, várias gestões reitorais fizeram parte da história de nossa Escola, desde a sua concepção e implantação — durante os mandatos de Adolpho Melfi e Suely Vilela — até a recente interdição no final do mandato de J.G. Rodas, sem nos esquecermos de uma tentativa de fechamento de cursos e de realocação de vagas (ideias preconizadas em “famoso” relatório que recebeu o nome de Melfi, quando já ex-reitor). Importante registrar que a gestão Rodas e a atual gestão Zago foram devidamente avisadas e cobradas quanto a um posicionamento sobre os fatos que na EACH ocorreram, em especial os relacionados ao crime ambiental.

A complexidade dessa situação não permite uma analítica linear

de causa e efeito, quando há um conjunto tão amplo de fatores que concorrem para o que aqui mencionamos. No entanto, os seguintes elementos seguramente precisam ser considerados quando se quer efetivamente entender o que se passa na EACH: uma política expansionista sem alocação de novos recursos; pequena e apressada discussão com o conjunto da Universidade sobre rumos a tomar; interesses eleitorais; pressão comunitária; falta de projeto pedagógico articulado coletivamente, fragilidades administrativas (como as produzidas por excessiva verticalidade das decisões), falta de recursos humanos e materiais; e até mesmo características das pessoas que ocupam lugar na gestão e nos colegiados (com maior ou menor visão e capacidade técnico-administrativa-política).

A administração da USP propôs a EACH como novidade e não somente cometeu os mesmos erros administrativos que já cometia, como agregou novos e importantes equívocos, dentre eles a implantação do *campus* num terreno, como já dissemos, sabidamente problemático, além da silenciosa anuência com o crime ambiental lá praticado na gestão de J.J.Boueri.

Paradoxalmente, por iniciativa das pessoas que ali trabalham e estudam, a EACH também representa inovação em projetos, cursos e perspectivas educativas e produziu alguma diferença no contexto da Universidade quando a sua comunidade reagiu com vigor aos problemas ambientais, denunciando e cobrando posições da instituição.

Retorno à EACH: nem o lugar, nem as pessoas são os mesmos. As medidas adotadas para solucionar os chamados problemas ambientais desfiguraram o campus. Muita coisa mudou no relacionamento entre as pessoas e nas posições de poder

Depois de aproximadamente um ano e dois meses do início da greve que professores, estudantes e funcionários da Escola deflagraram em setembro de 2013, muita coisa mudou, tanto nas condições físico-materiais, como nos relacionamentos entre as pessoas. O conhecimento público dos problemas elevou-se consideravelmente, seja para o público interno, seja para o externo; as posições de poder e as pessoas que o exercem não são mais as mesmas e nem tão descuidadas com esse exercício; um prédio foi demolido (porque estava ameaçado pelos níveis constatados de metano em seu interior); perdemos o uso de equipamentos importantes do *campus* (a maior parte relacionados ao lazer, aos esportes e aos cursos que lidam com essas práticas); diversas ações judiciais e administrativas foram iniciadas, com o intuito de apurar responsabilidades e de prosseguir com a remediação necessária dos problemas que persistem.



Reunião aberta da Congregação que destituiu J.J. Boueri

Ou seja: sob muitos aspectos, o movimento e a greve que realizamos obtiveram vitórias importantes, incluindo uma inusitada aceleração das medidas necessárias para o saneamento e a desinterdição do *campus*, bem como o reconhecimento de uma Comissão Ambiental, um Grupo Técnico de Trabalho e uma Comissão de Mobilização, nos quais representantes eleitos pelos três setores de nossa comunidade, durante boa parte do tempo mais agudo de nossa crise (incluindo o período de interdição), foram respeitados como os legítimos interlocutores dos interesses dessa comunidade e da continuidade do projeto acadêmico-pedagógico da EACH, o que se deu particularmente por causa de suas ações em prol da manutenção e do saneamento da estrutura físico-ambiental da Escola, em condições de 'habitabilidade' acadêmica.

As medidas adotadas para solucionar os chamados problemas ambientais, no entanto, desfiguraram o *campus*, enfearam os edifícios e os terrenos que os circundam (uma

Fotos: Daniel Garcia



(2013)



Tapumes: agressão visual

boa parte deles está cercada por tapumes de alumínio), de uma Escola cujo nome começa com a palavra Artes. Hoje, esses edifícios têm as suas fachadas cortadas por tubos de grosso calibre (que são parte do sistema de ventilação de gases), ou as suas áreas laterais, que costumavam dar sombra ou abrigo da chuva aos que circulam no entorno, obstruídas por esses mesmos tubos. Esse sistema de ventilação, aliás, é acionado por dezenas de bombas que estão espalhadas pelo *campus* e que produzem um incômodo e permanente ruído que agora povoa a Escola em todas as suas latitudes. Tais bombas, que estão dispersas de maneira desprotegida são, por isso mesmo, completamente vulneráveis e sujeitas à interrupção, ou à má-operação, em seu funcionamento, e por qualquer pessoa que passe pelo *campus*.

A própria Cetesb reconheceu parte desses problemas ao exigir da USP, em seu Ofício 153/14, datado de 17 de julho de 2014, utilizado pelo desembargador que suspendeu a limi-

nar de interdição, que fossem adotadas, e num prazo de 30 dias, “medidas de redução de ruído nos sistemas de exaustão”. Esse prazo, esgotado em 17 de agosto de 2014, diga-se de passagem, é apenas um dos inúmeros indicados pelo mencionado ofício e que a Reitoria, coerentemente com aquele descaso que sempre dispensou à EACH, já pode acrescentar à sua folha-corrída de descumprimentos e de irresponsabilidades, o que revela o conteúdo demagógico de alguns de seus projetos.

Além disso, o mencionado aterro de 2010-2011, embora sabidamente contaminado com substâncias nocivas à saúde, continua no mesmo lugar, apenas cercado pelos tapumes de alumínio, o que na prática mantém o *campus* parcialmente interditado. E não foram devidamente apuradas nem as responsabilidades pelo crime de sua realização, nem tampouco as transações possivelmente envolvidas nesse conluio, que viabilizou o despejo, em plena luz do dia, ao longo de meses, de imensa

quantidade de resíduos de origem suspeita em um *campus* de uma universidade pública de renome internacional. Ao contrário, os suspeitos envolvidos seguem usufruindo das suas prerrogativas acadêmicas, exercendo atribuições de docência e/ou gozando de afastamentos e licenças. Isso, para muitos, passa a impressão de que eles é que estão sendo de alguma forma protegidos, enquanto as vítimas e os que seguem insistindo na necessidade dessas apurações acabam sofrendo os maiores prejuízos.

O episódio da mencionada demolição de um dos prédios do *campus* ilustra um pouco isso, pois esse prédio, conhecido como “Laranjinha”, coincidentemente era usado pelos estudantes, suas agremiações e pelo grêmio dos funcionários técnico-administrativos, além de ser espaço para a realização de projetos de extensão universitária. Nesse caso, no mínimo, prejudicaram-se as representações de dois dos setores que destacada participação tiveram em todo o nosso movimento.



Obras embargadas pela Justiça em prédio da unidade

O fato de que tenham sido processados estudantes que chegaram a ocupar o corredor do prédio da sede da administração da EACH, quando a antiga direção, em fuga, recusava-se ao diálogo e ao encaminhamento das soluções dos nossos problemas, no mês ainda anterior à interdição (dezembro de 2013), poderia ser também aqui indicado como mais uma ilustração dessa sensação de acobertamento a que nos referimos. Alguns desses estudantes que se retiraram da área ocupada, mesmo sem deixar um risco sequer nas paredes do corredor ocupado, foram assim mesmo submetidos a processo.

Se dentre essas indicações, acrescentássemos informações sobre os funcionários terceirizados e a forma como foram tratados durante todo o período de interdição, daí teríamos um quadro completo do descaso e da desfaçatez dispensados às vidas e à saúde dos frequentadores e ou trabalhadores do *campus* (e não só os terceirizados). Muitos deles, e também alguns funcionários da USP, seguiram trabalhando ininterruptamente, sem equipamentos de proteção, inclusive nos dias em que

a Escola ficou sem água, em dezembro de 2013, após a descoberta da contaminação dos bebedouros.

Com quais horizontes a USP nos espreita? Vários dos que lutaram pela resolução das questões ambientais na greve de 2013 agora aceitam a volta à “normalidade” no campus, mesmo sem treinamento para emergências; mesmo sem aval definitivo dos Bombeiros; e mesmo sabendo da presença de contaminantes importantes

A interdição do *campus* por um semestre foi tão cruel com os membros da EACH, tão desgastante,



Betoneiras em operação na área contaminada

desafiante e prejudicial, que vários dos que lutaram pela resolução das questões ambientais durante a greve agora se contentam com o “cenário” e as condições a que reduziram o nosso *campus*. Parece que entre o horror de ser “sem teto”, de perder referências, espaço, pesquisas, e o horror de frequentar um *campus* com risco à saúde, muitos preferem correr o risco e esperar passivamente pela resolução dos problemas socioambientais da EACH.

Muitos aceitam que a Escola tenha voltado à “normalidade”, mesmo que professores, funcionários e estudantes não tenham treinamento para o caso de emergência, mesmo que o *campus* não tenha um aval definitivo dos bombeiros (auto de vistoria do Corpo de Bombeiros, ou AVCB), dentre outras precariedades constatadas.

Aceitam passivamente a presença de contaminantes importantes em concentrações acima (e também abaixo!) dos valores de intervenção, pois preferem acreditar em critérios



Daniel Garcia

técnicos discutíveis propalados por especialistas e autoridades de plantão. E passivamente estão aceitando, inclusive, até aquilo que poderia nos indicar uma certa piora de nossas condições físico-ambientais, com maior degradação da paisagem do *campus*, por causa do desmatamento, ocorrido nos últimos dois meses (e após o nosso retorno, portanto), de todas as árvores que margeavam o córrego localizado nos limites do seu terreno (em uma Área de Proteção Permanente, APP!), em função da construção da nova linha de trem para o Aeroporto de Cumbica. Essa viabilização, diga-se de passagem, impôs até mesmo o deslocamento da portaria central da EACH e nova demarcação de suas fronteiras.

Este tipo de comportamento, que parece negação de um problema para o qual não se consegue solução, ou que provoca anestesia diante de novas degradações constatadas, é comum em pessoas em condições de fragilidade social: por

exemplo, aquelas que vivem em áreas de risco de desabamento ou inundação e não têm condições financeiras de se mudar, ou não têm informação e/ou força suficiente para se queixar, dizer “não”, incomodar. Pode ser surpreendente que uma comunidade acadêmica e altamente informada exiba o mesmo tipo de comportamento; mas afinal de contas não apenas “somos todos EACH”, “somos todos USP” (com todas as consequências que isso acarreta) e somos todos humanos.

O caso da professora Ana Rosa Kucinski, vítima da Ditadura Militar, que foi demitida em 1975 por abandono de emprego (pela Congregação de sua unidade) quando já havia sido morta sob tortura, ilustra pedagogicamente como a cada tempo histórico a Universidade pode produzir uma grande “verdade” mesmo que apoiada em mentiras. A verdade de hoje é que com a desinterdição do *campus* a normalidade aparentemente voltou para nossa Escola e que está tudo

encaminhado e resolvido na EACH. Mas, para nós, não está e por isso escrevemos este artigo. Preocupante é que a USP aceite apaziguadamente o recebimento de terra contaminada e que não tenha uma ação vigorosa tanto no sentido da apuração das responsabilidades como da retirada dessa terra, ilegalmente depositada em terreno de seu principal *campus* (porque, oficialmente, a EACH é parte do *campus* capital). O que está sendo produzido hoje é um grande exercício de convencimento da comunidade, pois afinal — nos dizem — se “São Paulo inteira está contaminada, porque a USP não poderia estar?” A contaminação ganhou o estatuto de normalidade. Deveríamos inverter essa lógica e, ao contrário, demonstrar para a cidade que é possível lutar pela descontaminação de nossos ambientes.

A imagem dos tapumes de alumínio, que por serem altos o suficiente impedem que continuemos a desfrutar da mesma visão que antes tínhamos do *campus*, cercando grande parte dos terrenos onde foi depositada a terra contaminada, é simbólica, pois os tapumes (e a contaminação) obliteram os horizontes de uma escola transformada em depósito de lixo. Mas esse lixo não é nosso, não o produzimos e não condiz com o que almejamos para a Universidade e para as nossas cidades.

Se tomarmos o histórico recente da EACH e da Reitoria nos últimos anos, temos que nos perguntar quais horizontes a Universidade de São Paulo escolhe desenhar não somente para a EACH, mas para o conjunto da instituição e para a sociedade que lhe dá suporte.